



Celso Azereido

Comissão vota crédito de US\$ 404 milhões

- O principal item na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, que tem reunião amanhã, é um pedido de autorização para que o governo contrate operação de crédito no valor de até US\$ 404,04 milhões com o Banco Mundial. Os recursos destinam-se à implementação da segunda fase do programa de reforma fiscal

Página 3

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.733 - Brasília, segunda-feira, 7 de julho de 2003

Conflito no campo mobiliza senadores

- Invasões de terras e audiência de Lula ao MST geram polêmica em discursos de Tião Viana, Arthur Virgílio, Paulo Paim, Amir Lando, Lúcia Vânia e Eduardo Azeredo

Página 5

Mais clareza para licença ambiental

Comissão de Justiça pode votar quarta-feira projeto de Aloizio Mercadante tornando obrigatória a divulgação pela Internet de todas as informações sobre licenciamento ambiental.

Página 3

Plenário analisa projeto de FHC sobre imposto

Proposta de autoria do então senador Fernando Henrique Cardoso deve ser votada quarta-feira pelo Senado. O projeto trata do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Página 3



Gerardo Magela

CPI DO BANESTADO

Técnicos de diversos órgãos do governo federal serão ouvidos, a partir de amanhã, pela CPI do Congresso Nacional que apura remessas ilegais de recursos para o exterior, principalmente por meio do Banestado. O objetivo é detalhar o esquema montado com o uso irregular das chamadas contas CC-5.

Página 3

“Foi um homem simples e leal”, afirma Sarney

O ex-ministro Carlos Sant’Anna, que conduziu as pastas da Saúde e da Educação no governo José Sarney, foi velado no Salão Negro do Congresso Nacional. Ex-deputado, seu último cargo no Legislativo foi a chefia do gabinete da Presidência do Senado, em 1995, quando a Casa era dirigida por Sarney, que emitiu agora uma declaração louvando a correção de Sant’Anna.

“O Carlos sempre representou, no cenário da vida pública do país, um político íntegro e um cidadão exemplar. Foi um homem simples, um amigo leal, que dedicou toda sua vida a grandes causas, notadamente nas áreas de educação e saúde, nas quais teve atuação destacada e inovadora. Sua partida do nosso convívio deixa-nos, certamente, uma grande lacuna”, lamentou Sarney.

O senador Paulo Paim (PT-RS) também homenageou a memória de Carlos Sant’Anna.

Pêsames para a família de Ary Carvalho

A morte do jornalista Ary Carvalho, presidente do jornal *O Dia*, do Rio de Janeiro, foi lamentada na sexta-feira pelo presidente do Senado, José Sarney, que enviou telegrama à família.

Sarney lembrou “a personalidade de excelente profissional” e o espírito público de Ary Carvalho. “Peço transmitir à família e companheiros de trabalho o meu pesar. O jornalismo brasileiro perde uma de suas figuras mais expressivas.”

Senado faz homenagem a Carlos Sant’Anna

Aprovado em Plenário voto de pesar pelo falecimento, na sexta-feira, do ex-ministro da Saúde

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou na sexta-feira requerimento para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal pela Bahia Carlos Sant’Anna. Pelas tradições da Casa, serão enviadas condolências à família. Tião Viana (PT-AC) fez questão de assinar o requerimento, em nome dos senadores do bloco de apoio ao governo.

Ao encaminhar a solicitação, Arthur Virgílio afirmou que

Sant’Anna foi um homem íntegro e honrado, tendo falecido “no limite da pobreza”. Ele lembrou sua atuação firme e produtiva durante a Constituinte e, posteriormente, como ministro da Saúde do governo José Sarney.

Segundo Tião Viana, é justo que o Senado preste homenagem a um político sábio e honrado como Sant’Anna. Na presidência da sessão, o senador Mão Santa (PMDB-PI) também hipotecou sua solidariedade aos familiares do ex-deputado baiano.

Em nome do PFL, o senador Rodolpho Tourinho (BA) associou-se ao requerimento de vo-

to de pesar pela morte de seu conterrâneo, que faleceu, em Brasília, aos 71 anos, em consequência de problemas cardiovasculares e complicações por diabetes e hipertensão.



Tourinho lembrou a brilhante atuação de Sant’Anna como líder do governo José Sarney durante a Constituinte, e posteriormente, como ministro da Saúde (1985) e da Educação (1989-1990).

O presidente do Senado, José Sarney, enviou telegrama de condolências à família de Carlos Sant’Anna, ressaltando “sua figura de homem correto, cidadão exemplar e patriota com espírito público”.

Paim recebe representantes dos servidores

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), recebeu na sexta-feira representantes da recém-criada Central dos Servidores Públicos, que congrega diversas associações, confederações, federações e entidades de servidores públicos. A principal pauta da reunião foi a reforma previdenciária, em tramitação na Câmara dos Deputados. O senador e os servidores destacaram ser favoráveis à reforma, querendo apenas discutir e aperfeiçoar as novas normas propostas.

Paulo Paim garantiu que o Senado ouvirá a sociedade e que haverá na Casa uma mesa de discussão sobre o assunto. Segundo ele, o Senado fará seu papel de revisor do que for aprovado na Câmara, incluindo as modificações que forem necessárias e preservando o princípio da aposentadoria integral para todos.

Um dos coordenadores da central e presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Ezequiel Nascimento, lembrou que os servidores perderam mais de 50 direitos no governo Fernando Henrique Cardoso.

Estatuto

Paulo Paim recebeu ainda o presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, Paulo Brandão, mas marcou nova entrevista para a tarde de hoje, quando outros deficientes visuais estarão presentes, a fim de discutir o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, de autoria dele e que se encontra em tramitação no Senado.

O comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal, coronel Pedro Tabosa, entregou a Paim documento enumerando as razões que a corporação considera justas para ter um regime próprio de previdência.

O comandante representou o Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais de Polícias Militares e Corpos de Bombeiros do Brasil, entidade que representa mais de meio milhão de militares dos estados e do Distrito Federal.

Do secretário-executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, Carlos Moura, Paulo Paim recebeu apoio para seu projeto do Estatuto do Idoso.

Agenda

Plenário do Senado realiza sessão às 14h30

A sessão de hoje, às 14h30, é destinada aos pronunciamentos dos parlamentares. Os trabalhos de amanhã ainda não têm pauta definida. Na quarta-feira, o Plenário

vota projeto que prevê o fim do visto nas nações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que tem como relator o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).



CAE analisa empréstimo ao Banco do Nordeste

A Comissão de Assuntos Econômicos se reúne amanhã para analisar, entre outros, projeto de Eduardo Suplicy (PT-SP) que autoriza o Banco do

Nordeste a obter empréstimo no valor de US\$ 150 milhões. No mesmo dia, às 11h, a Comissão de Educação vota concessões para rádios comunitárias. Na quarta-

feira, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa projeto que obriga a divulgação na Internet de dados sobre licenciamento ambiental.



TV debate situação dos portadores de deficiência

A TV Senado exibe hoje, às 13h, debate sobre problemas enfrentados por portadores de deficiência no país. O programa conta com a presença do senador Flávio Arns (PT-PR) – foto – e de

Isabel Loureiro Maior, da Coordenadoria Nacional para Integração dos Portadores de Deficiência. Às 20h30, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) fala sobre reservas indígenas no programa *Entrevista*.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente: José Sarney
- 1º Vice-Presidente: Paulo Paim
- 2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
- 1º Secretário: Romeu Tuma
- 2º Secretário: Alberto Silva
- 3º Secretário: Heráclito Fortes
- 4º Secretário: Sérgio Zambiasi
- Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

- Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
- Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
- Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
- Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
- Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
- Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
- Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
- Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
- Arte: Cirilo Quartim
- Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

- Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
- Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
- Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Pauta extraordinária está em exame nas comissões

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), afirmou na sexta-feira, em Plenário, que nos primeiros quatro dias de convocação extraordinária a Casa realizou apenas uma sessão deliberativa porque matérias que constam da pauta da convocação, incluídas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em

consenso com o presidente do Senado, José Sarney, ainda estão sendo apreciadas nas comissões. A explicação de Paim foi para o senador Tião Viana (PT-AC), que cobrou maior presença dos senadores nas sessões do mês de julho.

Na avaliação de Tião Viana, os senadores devem corresponder às expectativas da sociedade compa-

recendo a todas as sessões que forem convocadas. Ele informou que, como líder do PT, já encaminhou mensagem aos integrantes da bancada do partido pedindo o comparecimento às atividades da Casa.

No mesmo sentido, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) convocou os senadores a participar das sessões do Senado. Ele consultou a Mesa so-

bre o número mínimo exigido de senadores em Plenário para que uma sessão possa ser aberta, já que o Regimento fala em um vigésimo, o que poderia ser interpretado como quatro ou cinco, sobre o total, que é de 81 senadores. Paim respondeu que, tradicionalmente, a sessão só é iniciada com a presença de cinco parlamentares em Plenário.



TRAMITAÇÃO Paulo Paim explicou por que matérias ainda não foram ao Plenário



Gélio Azeredo

SEGURANÇA Mercadante propõe normas para ações de controle da ordem pública

Internet pode divulgar licença ambiental

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar quarta-feira, às 10h, projeto de lei do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que torna obrigatória a divulgação pela Internet de todas as informações sobre licenciamento ambiental. O parecer do relator, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), é favorável.

Outro projeto de Mercadante que está na pauta da CCJ é o que torna obrigatória a identificação dos funcionários de órgãos de segurança pública quando participarem de operações de controle e manutenção da ordem pública, como manifestações populares. O senador Demostenes Torres (PFL-GO) emitiu parecer favorável.

Ainda pode ser votado projeto do Executivo estabelecendo que a intimação dos representantes judiciais dos estados e do Distrito Federal será feita pessoalmente, em qualquer processo e grau de jurisdição. O relatório do senador Pedro Simon (PMDB-RS) é favorável.

A pauta da CCJ tem também projeto de lei oriundo da Câmara que obriga a emissão anual de um atestado de pena a cumprir. O objetivo é evitar que prisioneiros que já terminaram de cumprir a pena permaneçam sob custódia do Estado. O parecer favorável é do senador Demostenes Torres.

CPI ouve técnicos sobre remessa ilegal de divisas

■ Série de audiências que começa amanhã inclui representantes de diversos órgãos do governo federal

A comissão parlamentar de inquérito do Congresso Nacional que apura irregularidades na transferência de dinheiro para o exterior pelas chamadas contas CC-5, principalmente através do Banestado, deve receber hoje as informações e os nomes dos técnicos que prestarão esclarecimentos em nome de várias instituições do governo.

A agenda da CPI, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), prevê au-



Waldemar Rodrigues

AGENDA CHEIA Antero preside CPI, que tem reuniões marcadas até o final do mês

diência amanhã com funcionários do Ministério das Relações Exteriores e do Ministé-

rio da Justiça.

Na quarta-feira, haverá reunião para análise de documentos, e na quinta será a vez de ouvir os técnicos indicados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Fazenda e pela Secretaria da Receita Federal. Na terça-feira da semana que vem, serão ouvidos técnicos do Tribunal de Contas da União; na quinta, será a vez da Polícia Federal.

Os procuradores de Foz do Iguaçu que detêm informações sobre a movimentação das contas CC-5 serão ouvidos no dia 24. No dia 29, deverão comparecer o delegado José Francisco de Castilho Neto e o procurador da República Luiz Francisco de Souza.

CAE analisa crédito para reforma fiscal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se amanhã, a partir das 10h, para analisar, entre outros itens, pedido de autorização ao Senado para contratação de operação de crédito externo, no valor de até US\$ 404,04 milhões, entre o governo brasileiro e o Banco Mundial. De autoria do Poder Executivo, a proposição deverá viabilizar a implementação da segunda fase do programa de reforma fiscal, e recebeu parecer favorável do relator, Fernando Bezerra (PTB-RN).

Também está em pauta projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que restabelece a Resolução do Senado nº 8, de 2001. A matéria autoriza o Banco do Nordeste a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 150 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias



Gélio Azeredo

PELA APROVAÇÃO Fernando Bezerra dá parecer favorável a operação de crédito externo

Empresas (PEM).

Na justificativa do projeto, Suplicy defende o restabelecimento da resolução e a prorrogação de seu prazo de vigência por mais 300 dias, de forma a possibilitar a contratação do empréstimo. Segundo o senador petista, "dificuldades para

conclusão das condições necessárias à contratação" inviabilizaram o cumprimento da resolução, que também estipulava prazo de 300 dias para a realização do negócio. A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) é relatora da proposta na CAE.

Outro assunto a ser examinado pela comissão são as quatro emendas de Plenário oferecidas pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto da Câmara dos Deputados que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças. Uma das principais contribuições da proposta, conforme parecer do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), é a desregulamentação do setor. Assim, a responsabilidade pela qualidade da semente produzida e comercializada passa ao produtor e seu responsável técnico, respondendo o poder público pela fixação de padrões de qualidade e o exercício da ação fiscalizadora.

Projeto de FHC vai a votação

O Plenário analisa, na quarta-feira, substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei de autoria do então senador Fernando Henrique Cardoso que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). O projeto define os serviços sujeitos à cobrança do imposto, de competência dos municípios. O relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou relatório parcialmente favorável ao substitutivo, suprimindo algumas expressões.

Duas indicações do presidente da República para embaixadas do Brasil serão votadas ainda pelo Senado. Marcelo Andrade de Moraes Jardim foi indicado para o cargo de embaixador na Polónia. Carlos Augusto Rego Santos Neves foi indicado para exercer o cargo de embaixador no Cazaquistão, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à Federação Russa. A votação é secreta. No mesmo dia, entra na pauta o acordo sobre supressão de vistos em passaportes diplomáticos, especiais e de serviço entre governos dos países membros da comunidade dos países da língua portuguesa, celebrado em Maputo, Moçambique, em junho de 2000. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou relatório favorável à matéria no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Aelton elogia melhorias no plano de safra



Aelton: safra pode ter 40% de novos financiamentos

O lançamento do Plano de Safra da Agricultura Familiar 2003/2004, feito pelo presidente Lula da Silva, foi elogiado pelo senador Aelton Freitas (PL-MG), para quem o governo está preocupado

em fazer com que o dinheiro anunciado para o programa chegue de fato às mãos dos pequenos produtores.

Em relação à última safra, os recursos disponíveis cresceram de R\$ 4,12 bilhões para R\$ 5,4 bilhões, o que deve propiciar um aumento de 40% nos contratos de financiamento.

Mais recursos seriam inúteis, segundo Aelton, se não fossem eliminados entraves burocráticos ao crédito. O novo plano evita esse problema, pois os dados dos agricultores permanecem em cadastro único distribuído aos bancos, disse. Uma vez que o cadastro seja aprovado, o produtor receberá um cartão magnético com o qual terá acesso direto aos recursos.

A instalação da Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacionais, acredita Aelton, será importante na formulação de estratégias e metas comuns que garantam avanços significativos nas negociações internacionais por meio da união do governo e da área privada.

Maioria não apóia punição para senadora

Setenta e um por cento dos internautas que responderam à pesquisa realizada pela página do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) na Internet são contrários ao desligamento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) da bancada do partido no Senado.

A parcela dos que acham que ela deve ser desligada é de 28,9%. Até sexta-feira passada, 10.125 internautas responderam à pergunta: "A senadora Heloísa Helena deve ser desligada da bancada do PT, no Senado, antes da decisão do Diretório Nacional?"

Jefferson defende reforma política dentro do possível

■ Senador não quer que "miragem da reforma ideal" impeça avanços do projeto que agora tramita na Câmara

Apesar de muito aquém dos sonhos de políticos, juristas e cientistas políticos, o projeto de reforma política em tramitação na Câmara do Deputados é considerado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) como "a reforma possível" e representa um avanço na luta pelo aperfeiçoamento das instituições representativas brasileiras.

— A miragem da reforma ideal não deveria impedir o Parlamento de produzir, aqui e agora, os avanços que já se encontram ao nosso alcance — aconselhou.



Roosevelt Pinheiro

QUALIDADES Jefferson disse que projeto votado pelo Senado aperfeiçoa as instituições

As mudanças no sistema político-partidário e eleitoral foram votadas no Senado há mais de um ano e incluem o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, o fim das coligações partidárias em eleições proporcionais, a adoção da representação proporcional

com lista partidária fechada e o aumento do tempo mínimo de filiação partidária para que um militante se apresente como candidato à eleição.

A lista fechada e a fidelidade partidária são medidas complementares, na opinião de Jefferson, porque a noção de que um candidato é dono de seu mandato obscurece o fato de que ele se elegeu por conta do desempenho de sua legenda.

Para o senador, a lista fechada também incentivará os candidatos a abandonarem o "personalismo fratricida" e a contribuir para o fortalecimento de sua agremiação em cada eleição. Já a fidelidade, que seria induzida pela exigência do prazo mais longo de filiação para a participação em um pleito, beneficiará oposição e governo.

Tourinho pede liberação de verbas para metrô

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pediu em Plenário, na sexta-feira, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva libere os recursos devidos e comprometidos com a primeira etapa do metrô de Salvador, que ligará a estação da Lapa, no centro, à estação de Pirajá, na periferia da cidade. Ele informou que, se o dinheiro não for liberado, as obras serão paralisadas e haverá emissão em massa de operários.

O metrô de Salvador, segundo o senador baiano, está sendo construído por meio de uma parceria entre a União, o governo da Bahia, a prefeitura de Salvador e a iniciativa privada. Quando a obra estiver concluí-



Roosevelt Pinheiro

DIFERENÇA Tourinho explicou que metrô baiano tem 30% de recursos estaduais e municipais

da, informou, deverão ser atendidos diariamente cerca de 200 mil passageiros, beneficiando uma população de 1,2 milhão de pessoas.

— A participação do governo do estado e da prefeitura de

Salvador é a maior entre todos os metrôs que estão sendo feitos no país. Os de Recife e Belo Horizonte têm 100% de participação do governo federal. O de Fortaleza, excluindo a primeira etapa, também terá participação integral da União. No caso de Salvador, considerando as participações direta e indireta, o estado e a prefeitura de Salvador contribuirão com 30% — afirmou Tourinho.

Do Orçamento de 2002, ficaram R\$ 19 milhões na rubrica "Restos a Pagar", disse o senador, dos quais somente R\$ 3 milhões foram liberados neste ano. Dos R\$ 63 milhões incluídos no Orçamento este ano, nada foi liberado.

Senadores protestam contra atrasos em obras

Nos dois últimos meses, cinco senadores protestaram, em discursos no Plenário, contra a suspensão das obras de construção dos sistemas de metrô de quatro capitais (Fortaleza, Recife, Salvador e Belo Horizonte). O motivo da paralisação é o contingenciamento de recursos do Orçamento determinado pelo governo federal, já que parte do financiamento das obras vem da União.

Os projetos em andamento, cujo investimento total chega a US\$ 1,21 bilhão, também utilizam verba dos estados, municípios, do Banco Mundial e, no caso do metrô de Fortaleza, do Japan Bank for International Cooperation (JBIC). A construção dos metrôs faz parte de uma política de atualização do sistema de transporte urbano, feito pelo governo federal em parceria com os estados. Veja o investimento total, em US\$ milhões, por metrô.

Município	Investimento	Contrapartida da União	Estados e municípios	Banco Mundial	JBIC
Recife	203,8	102	-----	101,8	-----
Salvador	307,8	40	117,8	150	-----
Fortaleza*	502,2	91,2	58	85	268
Belo Horizonte	197,3	99	-----	98,3	-----
Total	1.211,1	332,2	175,8	435,1	268

* Levando em conta os dois estágios da obra

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)

Sibá quer que fundos ajudem universidades

Na distribuição dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, será dada prioridade aos projetos que contemplem a contratação de assistência técnica e pesquisa com universidades públicas ou instituições públicas de pesquisa. É o que estabelece projeto de lei do senador Sibá Machado (PT-AC), que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo.

Na justificativa do projeto, o senador lembra que, entre as diretrizes para a formulação dos programas de financiamento desses fundos, destacam-se a concessão de financiamentos exclusivamente aos setores produtivos das regiões beneficiadas, a ação integrada com instituições federais sediadas nas regiões, a conjugação do crédito com assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes, e o apoio à criação de centros, atividades e pólos dinâmicos, especialmente no interior do país, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda.

Segundo Sibá Machado, as empresas brasileiras têm dificuldades de estabelecer parcerias com universidades e centros de pesquisa públicos, principalmente pela dificuldade na obtenção de financiamento, pois essas atividades, em geral, envolvem riscos e recursos significativos. Essa realidade, de acordo com o senador, é ainda mais grave nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde são escassos os recursos humanos e materiais.

O senador acrescentou que o projeto leva em consideração a necessidade de viabilização de uma maior interação universidade-empresa, para acelerar o processo de desenvolvimento tecnológico das empresas das regiões menos desenvolvidas.

Sibá acredita que será possível colocar em prática o que diz a lei dos fundos constitucionais sobre a conjugação do crédito com assistência técnica nos setores carentes de tecnologia.



Roque de Sá

CAE dará decisão terminativa para projeto de Sibá

Azeredo diz que invasores são manipulados

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) registrou matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo* do dia 15 de junho em que o secretário de Justiça de São Paulo, Alexandre de Moraes, afirma serem políticas as invasões de terras ocorridas no estado nos últimos meses. Na opinião do senador, a reportagem é bastante atual e, por isso, serve para alertar o governo sobre as ameaças à ordem jurídica, ao setor agrícola e à balança comercial.

Na reportagem, o secretário de Justiça paulista diz que os novos acampamentos estão "inchados com favelados vindos das cidades", que acabam voltando para as cidades a cada reintegração de posse aos fazendeiros, após perceberem que estão sendo utilizados como massa de manobra política.

Lúcia Vânia cobra política para o campo

Ao registrar que a situação no campo agravou-se com o aumento das invasões de terras promovidas pelo MST, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) cobrou do governo federal a apresentação de uma política clara de reforma agrária. Ela

acrescentou que apenas a propaganda oficial e pedidos de paciência não são suficientes para impedir o agravamento da tensão entre sem-terra e fazendeiros.

Segundo a senadora por

Goiás, no sul do país os proprietários de fazendas produtivas já falam em confronto com os sem-terra, por falta de ação mais firme do governo federal. Por outro lado, dirigentes do MST se dizem impacientes, sob a justificativa de que o atual governo ainda não assentou uma única família.

Virgílio pede instalação rápida da CPI do MST

■ Líder do PSDB sugere aos partidos que indiquem membros da comissão no início do mês que vem

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou em Plenário, na sexta-feira, que a repercussão, na imprensa, da criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a crise fundiária demonstram que o requerimento do partido para a constituição da CPI está respaldado por toda a opinião pública nacional. O senador fez um apelo às lideranças para que indiquem os integrantes da CPI no início de agosto, a fim de que a comissão seja instalada imediatamente.



POSIÇÃO Virgílio lembrou que pediu CPI em defesa da agricultura e da Constituição

Virgílio leu as manchetes dos principais jornais do país, dedicadas a temas como a criação da comissão de inquérito, a postura do governo de fazer prevalecer a lei nos conflitos no

campo e o uso do boné do MST pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia realizada na semana passada.

O líder louvou a posição do Executivo, e citou manchetes informando que o governo ameaça usar a força para pacificar o campo, que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, advertiu o MST e os proprietários rurais e que o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, afirmou que a invasão de terras é um crime intolerável.

– Era isso o que a oposição queria, em defesa da economia, das exportações, da agricultura, do saldo da balança comercial, da Constituição, da lei, da ordem – assinalou.

Para Arthur Virgílio, "a alegria do bonezinho foi substituída pelo sabor amargo da realidade, para longe do reino fantasmagórico da fantasia".

Viana defende gesto do presidente

O líder do governo no Senado, Tião Viana (PT-AC), defendeu na sexta-feira a atitude do presidente Lula de ter colocado um boné vermelho com o símbolo do MST, durante encontro com integrantes do movimento no Palácio do Planalto, na quarta-feira passada.

– Nada melhor que a mão estendida ao diálogo e a apresentação do ordenamento jurídico como peça imprescindível no relacionamento entre as partes – afirmou.

Tião Viana disse que encara

com naturalidade "a preocupação, a apreensão e o horizonte até negativo" com que os representantes da oposição estão vendo a conjuntura brasileira. Mas recordou os indicadores positivos obtidos pelo governo, como a queda da relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB), a tendência de queda dos juros reais e a oferta de crédito à população de baixa renda, com repasses de R\$ 1 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o fi-

nanciamento de 10 mil microtomadores pela CEF.

– Democrata e estadista, o presidente precisa olhar para esse setor legitimamente reconhecido pela sociedade, que espelha uma aflição e uma angústia de 500 anos de dívida das elites com a reforma agrária deste país. O caminho de diálogo e respeito ao MST foi o melhor para abreviarmos uma solução que querem o governo, o setor lúcido do MST e os produtores rurais que não são favoráveis à milícia armada – afirmou.

Lando propõe reforma agrária "justa e ampla"

O líder do governo no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO), disse na sexta-feira que a reforma agrária é um imperativo nacional e que o Congresso deve aprovar os instrumentos legislativos que permitam uma reforma justa, rápida, massiva e ampla.

Ao comentar o gesto de Lula de colocar um boné do MST, Lando ressaltou que o Brasil merece um debate mais sério e lembrou que o presidente tem mantido um bom relacionamento com os produtores rurais.

– Estamos perdendo a memória. Tudo está no papel e na imagem, e nos esquecemos de qual foi a conduta presidencial ao longo desses

seis meses de governo, sobretudo em relação à questão da terra, da agricultura, da reforma agrária. O presidente compareceu a diversos eventos, a diversas feiras agropecuárias, e ali festejou a produção da grande propriedade agrícola e pecuária, recebeu presentes e esteve sempre afável – destacou.

Para Lando, quem viu Lula aplaudir a propriedade produtiva considera absolutamente normal a atitude de colocar o boné. Para o senador, não há um argumento de conteúdo para criticarem o presidente.

– É uma forma de diálogo cordial, afetuoso com um movimento que completa 20 anos, um gesto a favor



NATURAL Lando disse que o gesto de Lula de usar boné do MST é totalmente normal

do diálogo. Não podemos incitar a sociedade a um confronto com o MST – completou.

Em aparte, o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), afirmou que a reforma agrária deve fazer-se "na lei e na ordem" e que o PMDB quer contribuir para a governabilidade do país.

Paim considera críticas a Lula um "exagero"

O senador Paulo Paim (PT-RS) considerou "exagero e fazer verdadeira tempestade" a reação da oposição ao gesto do presidente de colocar o boné do MST durante audiência na semana passada. Paim mencionou citação do líder do governo no Senado, Tião Viana (PT-AC), que em aparte lhe recordou que Lula não recebeu nenhuma crítica quando subiu em uma colheitadeira moderna de grande proprietário rural.

O presidente, segundo Paim, não faz discriminação, e assim como convoca o MST para reunião no Planalto para conversar, convida a bancada ruralista, em que está representada a União Democrática Ruralista (UDR).

– Entendemos que a reforma agrária tem que ser pacífica, ordeira e nos limites da lei, tanto para o MST quanto para a UDR – afirmou, acrescentando que tem maior simpatia pelos movimentos sociais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o MST do que pela entidade representativa dos grandes proprietários rurais. Defendeu também o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.

Emprego

O vice-presidente do Senado propôs a realização de audiência pública no Plenário da Casa com ministros da área social e representantes das centrais sindicais para discutir alternativas que contribuam para a retomada do crescimento da economia e a geração de empregos. "A principal meta do governo deve ser o combate ao desemprego", afirmou, acrescentando que é difícil encontrar uma família em que não haja alguém desempregado.

Paim elogiou o programa Primeiro Emprego, que deverá beneficiar cerca de 200 mil jovens em sua primeira etapa. Para o senador, além de oferecer incentivos para as empresas contratarem jovens, o governo deve estimular o ensino profissionalizante e a contratação de pessoas com mais de 45 anos de idade, como formas de combater o desemprego.

Ele lembrou ainda projeto de sua autoria que determina a aplicação obrigatória de parte do rendimento da poupança na construção de moradias populares, o que deve gerar cerca de 2 milhões de empregos.

Serys propõe restrição à propaganda de remédios

Encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais para ser examinado em caráter terminativo projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) de terminando que a propaganda de medicamentos e de terapias de qualquer tipo ou espécie somente poderá ser dirigida a profissionais habilitados legalmente a prescrevê-los, ou seja, aos médicos, dentistas e farmacêuticos. A proposta modifica a Lei nº 9.294, que disciplina as restrições ao uso e



Serys pretende atualizar a legislação vigente

à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

A autora esclarece que sua iniciativa pretende atualizar a legislação vigente. Segundo ela, apesar de a matéria constar no artigo 220 da Constituição federal, ser regulamentada pela Lei nº 9.294, além de ter mere-

cido resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), no Brasil a intoxicação por medicamentos é causa fre-

quente de doenças e mortes, superando agrotóxicos e desinfetantes.

"Em que pese termos esses regulamentos, o que vemos é o seu diuturno descumprimento por parte dos meios de comunicação, que nos bombardeiam com a publicidade que nos desobriga de hábitos saudáveis, de tal modo que superam a capacidade dos órgãos de auto-regulação publicitária e de fiscalização da Anvisa", adverte a senadora na justificativa da proposta.

O projeto também estabelece que a propaganda só poderá ser feita em publicações especializadas e dirigidas a profissionais da área.

Papaléo: punição para fraude em medicamento

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu que casos de adulteração de medicamentos, como o que ocorreu recentemente com o contraste utilizado em exames radiológicos Celobar, devem ser punidos e x e m p l a r m e n t e quando comprovada a culpa dos envolvidos. Para ele, embora



Responsabilidade deve ser apurada, diz Papaléo

o Estado não tenha como eliminar todas as ocorrências desse tipo, há mecanismos legais de punição.

O parlamentar lembrou que a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) divulgou, em 27 de junho, o resultado da análise realizada com o lote contaminado do Celobar. Segundo a Fiocruz, o exame apontou que havia em

sua composição carbonato de bário, utilizado em veneno de rato. A fundação suspeita, inclusive, que a contaminação não foi acidental. Por causa da adulteração, 22 pessoas morreram e outras 60 foram contaminadas.

Papaléo Paes ressaltou ainda em seu discurso que os casos do Celobar e dos colírios com suspeita de contaminação no Rio de Janeiro mobilizaram o presidente Lula, o ministro da Saúde, Humberto Costa, e o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Cláudio Maierovitch, de modo que o governo está empenhado em apurar as responsabilidades.

Comissão examina 84 projetos

A Comissão de Educação vai se reunir amanhã, às 10h30, para examinar pauta com 84 projetos de decreto legislativo que autorizam outorgas e renovações de concessões e permissões para a execução de serviços de radiodifusão em todas as regiões.

A comissão voltará a se reunir no próximo dia 15, quando apreciará projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que institui a Política Nacional do Livro.

Brasília poderá sediar Fórum Mundial da Paz

■ Encontro deve reunir Parlamentos com poderes para impedir Executivos de fazerem guerra



VIABILIDADE Sugestão levada por Zambiasi a Sarney será examinada pela assessoria

Proposta para realização, em Brasília, de um Fórum Mundial dos Parlamentos para a Paz, no mês de novembro, foi apresentada ao presidente do Senado, José Sarney, pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Sarney qualificou a idéia como "extraordinária" e já determinou à assessoria do Senado estudo sobre a viabilidade do encontro.

Conforme a proposta, o fórum deverá discutir o "papel dos Parlamentos nacionais como órgãos que podem vetar os Poderes Executivos de fazerem a guerra". O encontro servirá também à apresentação de "soluções para o encaminhamento da paz mundial, além de fornecer subsídios à Organização das Nações Unidas (ONU) para o apaziguamento de conflitos".

Os participantes do evento, segundo Zambiasi, serão representantes de Parlamentos nacionais e de organizações

não-governamentais (ONGs) que trabalham para a paz mundial. Ele sugere a realização de audiências públicas com a participação de personalidades agraciadas com o Prêmio Nobel da Paz.

O senador propõe a elaboração de um regimento e uma agenda a serem encaminhados aos Parlamentos. Ao final do encontro, conforme Zambiasi, os participantes deverão aprovar um documento contendo "propostas aptas à consolidação da rede mundial de parlamentos pela manutenção da paz, transformando o fórum em instituição referencial do assembleísmo

mundial em prol da busca de soluções pacíficas de controvérsias e da proscrição da guerra".

O programa do encontro, de acordo com Zambiasi, incluirá sessões plenárias sobre diversos temas, bem como a criação de comissões de trabalho e a eleição da mesa do fórum e escolha do país-sede da próxima reunião.

A idéia foi trazida pelo parlamentar ao Senado em seu primeiro pronunciamento da tribuna, em 2 de maio deste ano. No discurso, Zambiasi lembrou "os repetidos fracassos da Organização das Nações Unidas" na solução de conflitos entre os países para afirmar, em seguida, que os Parlamentos são as instituições que mais têm autoridade para discutir, denunciar e frear conflitos belicosos.

– Quando falha a democracia, quando falha a diplomacia, quando falham as negociações dos representantes dos países no Conselho de Segurança da ONU, e tantas vezes fracassam por servilismo à vontade dos poderosos e aos interesses econômicos, resta aos Parlamentos a autoridade para dizer "não" aos senhores da guerra.

Senadores apelam por nigeriana

Senadores se revezaram na tribuna, na sessão de sexta-feira, apelando pelo cancelamento da pena de morte por apedrejamento imposto por um tribunal islâmico à nigeriana Amina Lual, que foi condenada por ter dado à luz uma criança enquanto estava divorciada. Pela Sharia, a lei islâmica em vigor no estado de Katsina, norte da Nigéria, ter um filho fora do casamento é evidência para condenar à morte uma mulher por adultério.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) apelou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que telefone pessoalmente ao presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, e peça pela vida de Amina. Virgílio informou que a acusação é absurda.

– Ela foi duas vezes estuprada, uma vez que sua vida foi transformada em uma morte lenta. O homem que a estupro está à solta; parece que tem o direito de estupro. Ela parece ter o sinistro direito de morrer – declarou Virgílio.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) associou-se ao apelo para que Lula, em nome das boas relações com a Nigéria, peça a suspensão da execução, permitindo que ela venha para o Brasil como exilada política.

Solidariedade

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), anunciou aos senadores que conversou durante a sessão com o chefe de gabinete do presidente da República,

Gilberto Carvalho, que informou que Lula está atento e sensibilizado com o assunto e vai prestar solidariedade irrestrita a Amina Lual. Segundo ele, Lula vai dar ao caso o tratamento sugerido pelos senadores e manter diálogo com o governo da Nigéria buscando o adiamento da execução e o cancelamento do julgamento.

José Jorge (PE) manifestou solidariedade a Amina em nome do PFL. Para ele, a nigeriana foi condenada à morte por razões injustas. Ele se disse satisfeito com a decisão de Lula de, assim como fez o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, oferecer asilo à nigeriana, "numa iniciativa a favor dos direitos humanos".

Já Romero Jucá (PMDB-RR) também propôs que Amina seja recebida no Brasil, esperando "uma atuação firme do governo federal". Amir Lando (PMDB-RO) associou-se ao movimento de clemência à nigeriana e elogiou as iniciativas do governo Lula em solidariedade a ela. Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), Renan Calheiros (PMDB-AL), Paulo Paim (PT-RS) e Mão Santa (PMDB-PI) aderiram aos apelos dos colegas.

– Apelo a Lula para que faça contato com o presidente da Nigéria para que esse ato contra a Humanidade seja revisto – disse Paim, lembrando que Fernando Henrique já havia atuado em favor do adiamento da execução.



Rogério de Sá

ESPECULAÇÃO Valmir Amaral quer dispensar de licitação programas habitacionais

Projeto ajuda classe média a obter moradia

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) apresentou projeto que modifica a lei de licitações e contratos da administração pública para incluir, entre os casos de dispensa de licitação, a transferência de imóveis a destinatários de programas habitacionais. A proposta tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Atualmente, segundo afirmou, dispensam procedimento licitatório apenas os programas habitacionais de interesse social promovidos por órgãos ou entidades de administração pública criados especificamente para esse fim. Dessa forma, argumenta o senador, somente programas destinados às classes mais baixas são beneficiados.

Valmir Amaral argumenta, em defesa do projeto, que setores da classe média também necessitam de política habitacional para adquirir moradia. Sem a dispensa de licitação, os programas habitacionais voltados para esse segmento da sociedade podem ser inviabilizados, afirma o parlamentar.

No universo da classe média existem, por exemplo, os programas de regularização fundiária de loteamentos clandestinos. Em muitos desses casos, explica ele, o habitante da área invadida agiu de boa-fé, tendo sido vítima de grileiros.

Raupp cobra a retomada de programa energético

■ Senador sugere a Dilma Rousseff prorrogação de projeto que utiliza fontes alternativas

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu, em discurso no Plenário, a retomada do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem), lançado em 1994 e que possibilitou a geração de eletricidade em regiões totalmente isoladas, pelo aproveitamento da energia solar, dos ventos e da biomassa. Desde então, cerca de 500 mil pessoas tiveram acesso à eletricidade.

O programa já está com o prazo de vigência esgotado e o senador teme que as verbas sejam suspensas, no momento em que dezenas de projetos se



José Cruz

ALCANCE Valdir Raupp lembra que projeto já beneficia 500 mil pessoas no interior do país

encontram em fase de instalação. Ele propôs que a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, prorrogue o programa, pois existem milhares de comunidades no interior do país que dificilmente serão atendidas no futuro pelo sistema convencional de distribui-

ção de eletricidade.

Só no estado de Rondônia, informou Raupp, foram instalados 160 sistemas de geração de eletricidade a partir da energia solar, beneficiando 83 comunidades em 20 diferentes municípios. Outros 300 sistemas estão previstos. No ano passado, em todo o país, o governo investiu US\$ 30 milhões de dólares na compra de 9 mil sistemas de energia solar, salientou.

Raupp destacou que, além de propiciar iluminação comunitária e eletricidade nos lares, foram financiados projetos de bombeamento de água de poços artesianos nas áreas secas do Nordeste. Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) protestou contra ação do Ministério Público que vem atrasando a construção de uma linha do gasoduto Bolívia-Brasil para Rondônia.

José Jorge sugere incentivo para termelétricas

O uso do carvão mineral no programa de termelétricas em implantação no país foi defendido pelo senador José Jorge (PFL-PE), ao recordar que o Brasil tem reservas suficientes do produto. Ele observou que "as novas tecnologias eliminam a poluição provocada pelo carvão, a ponto de as cidades de Washington e Berlim possuírem termelétricas a carvão".

Depois de lembrar que o governo anterior lançou programa para o uso do carvão mineral nos estados do Sul, o senador lamentou o fato de o atual governo não ter renovado os incentivos para utilização do mineral.

Para José Jorge, é um contrasenso o Brasil usar o gás importado da Bolívia para movimentar as termelétricas em construção, abandonando as gran-

des reservas de carvão do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Trata-se de uma questão estratégica, na opinião do senador. Se o Brasil não deve depender apenas das hidrelétricas, por causa dos problemas de estiagem, não deveria também depender tanto do gás importado para gerar eletricidade no país, disse.

De acordo com o senador e ex-ministro de Minas e Energia, por conta dos avanços tecnológicos o mundo entra no século 21 usando "o velho carvão mineral, tão criticado no passado por causa dos problemas ambientais". Na Alemanha, o carvão gera 52% de sua eletricidade, na Dinamarca 67% e nos Estados Unidos 57%, informou.

Em aparte, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), também ex-mi-



José Cruz

CONTRA-SENSO Para José Jorge, com tanta reserva de carvão não se justifica a importação de gás

nistro de Minas e Energia, sustentou que o carvão poderá "dar segurança à oferta de energia elétrica totalmente nacional", sem a dependência de combustíveis importados. Já Paulo Paim (PT-RS) salientou que o uso do carvão aumentará a oferta de emprego no país, na extração do produto e na produção de equipamentos de geração de energia.

Virgílio quer evitar ISS no direito autoral

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), criticou, em Plenário, a inclusão dos direitos autorais e da indústria cinematográfica na lista de atividades sujeitas à tributação do Imposto sobre Serviços (ISS), de acordo com projeto de lei que tramita no Senado. Ele apelou ao relator da proposta na CAE para que exclua essas categorias das tributáveis por esse imposto. A matéria deve ser votada na sessão de amanhã.

– O ISS, por ser um imposto cumulativo, incidindo sobre a totalidade do faturamento, é maléfico à cultura, pois onera, desnecessariamente, o produto final – argumentou.

Bezerra propõe compensar o gasto com iodo

Projeto apresentado pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN) compensa os gastos com iodização feitos pela indústria beneficiadora de sal. A proposta tem o objetivo de diminuir o impacto causado pela Medida Provisória (MP) 2.190-34, que tirou do governo a obrigação de fornecer iodo às empresas. A matéria está em fase de recebimento de emendas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde tem caráter terminativo.

Na justificativa do projeto, o autor faz um histórico do processo de iodização do sal, tornada obrigatória em 1953, por sua eficácia no combate ao bócio.

"A transferência desse ônus ao setor privado é insuportável, diante da conjuntura econômica", justifica o senador.

Mozarildo defende regulamento para as ONGs

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) considerou preocupante o fato de o Museu Emilio Goeldi, associado à organização não-governamental (ONG) Conservation International do Brasil, apresentar proposta para proibir, por quatro anos, desmatamento na Amazônia. E apelou à ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, para que participe de debate a ser realizado no Senado sobre as diretrizes do

governo para a região. Mozarildo pediu também que o Senado aprove o projeto de lei que regulamenta o trabalho das ONGs no Brasil, com o argumento de que se trata de uma das propostas mais importantes da CPI que investigou as organizações não-governamentais. Ele afirmou que fiscalizar as ONGs e obrigá-las a prestar contas dos recursos é muito

importante, uma vez que possuem atividades ligadas a governos ou empresas estrangeiras.

Em aparte, Mozarildo recebeu apoio do senador José Jorge (PFL-PE), para quem o governo federal muitas vezes se utiliza das ONGs para fazer determinadas tarefas, "burlando as exigências legislativas em relação a licitações e contratação de pessoal".



José Cruz

Mão Santa: missão de Lula é criar emprego

Senador defende implantação de experiência desenvolvida em Bangladesh

Ao comentar que cada presidente que o Brasil já teve cumpriu uma missão histórica, o senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou na sexta-feira, em Plenário, que a maior missão que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve tentar cumprir é a de combater o desemprego. Ele sugeriu que o governo federal implante no país a experiência desenvolvida pelo professor Muhammad Yunus, em Bangladesh, de oferecer microcrédito para impulsionar o desenvolvimento econômico e social da população mais carente.

– O presidente Lula tem que relembrar a missão histórica para o qual foi eleito: a de gerar emprego para a população. Ele tem que entender que não é Deus. Bonito é ele buscar Deus. Lula pode errar, pois não somos divinos. Mas tem que entender que sua missão é clara. Qualquer pesquisa mostra que a doença do país, hoje, é o desemprego – disse Mão Santa.

Duciomar quer ampliar o seguro-desemprego

Encontra-se aguardando apresentação de emendas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto do senador Duciomar Costa (PTB-PA) que amplia o alcance do seguro-desemprego para beneficiar servidores contratados temporariamente na administração pública. Segundo a justificativa do senador, encontram-se nessa situação aqueles contratados em caráter emergencial ou para cargos de confiança.

A proposta beneficia também trabalhadores com mais de 60 anos e os portadores de necessidades especiais desempregados e sem renda. "Como no serviço público a condição de empregado, com todas as características de uma relação de emprego, é criação recente, defendemos o cômputo do tempo de serviço público, para efeito de



CERTEZA Para Mão Santa, pesquisas mostram que doença do país é o desemprego

Conforme o senador, José Sarney foi o mais generoso dos presidentes. "Além de investir no social, ele consolidou a democracia. A missão histórica de Fernando Henrique Cardoso foi a de acabar com a inflação, que era o mais perverso dos males. A missão de Lula, hoje, é uma, é clara: combater o desemprego."

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) comentou que o governo Lula está caminhando para impulsionar o desenvolvimento do país. O senador João Capiberibe (PSB-AP) opinou que promover a reforma agrária é a melhor maneira de gerar os empregos de que o país necessita.



ALCANCE Duciomar Costa propõe benefício para servidor público temporário

concessão do seguro-desemprego, de todos aqueles que foram contratados, independentemente da natureza da contratação". Para Duciomar, mesmo quando o trabalhador deixa o serviço público para trabalhar na iniciativa privada e é posteriormente demitido sem justa causa, deve-se considerar o tempo anterior.

Lobão elogia resultados do trabalho do Ciee

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou o Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee), que completou 40 anos em abril último. Ao ressaltar semelhanças entre o trabalho desenvolvido na instituição e o programa Primeiro Emprego, ele explicou que o Ciee é uma instituição privada, mantida por empresários, e busca integrar jovens a partir dos 16 anos de idade ao mercado de trabalho por meio de estágios. Além disso, informou o senador, o Ciee oferece cursos gratuitos de alfabetização de adultos, informática e *workshops*, e assistência de professores para ampliar a qualificação dos estudantes.

– Recentemente, uma pesquisa da agência especializada InterScience, avaliando o período de 1991 a 2001, demonstrou que 49% dos estudantes foram contratados nas empresas em que fizeram estágio – relatou. O senador disse que, em 40 anos de funcionamento, o Ciee deu oportunidades de estágio a mais de 4 milhões de estudantes, sendo-lhes concedidas mais de 18 milhões de bolsas-auxílio. No Maranhão, acrescentou Lobão, o Ciee atua desde 1984 em 13 municípios e já beneficiou mais de 20 mil jovens. Atualmente, o centro mantém 1.064 estagiários em seus programas. Lobão também elogiou a colaboração oferecida pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal aos programas de estágio, especialmente nas cidades do interior, onde a atividade empresarial não é significativa.



BALANÇO Lobão diz que 4 milhões de estudantes foram beneficiados

Senadores acompanham as negociações da Alca

O senador João Capiberibe (PSB-AP) anunciou na sexta-feira que nesta semana participará da 14ª reunião do Comitê de Negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), em El Salvador. Segundo o senador, essa será a primeira oportunidade de o Parlamento acompanhar as negociações comerciais feitas pelo comitê.

Capiberibe informou que também estarão presentes ao encontro o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e representantes da sociedade civil. Ele acrescentou que o presidente Lula resolveu mudar a metodologia de negociação com os países em torno da Alca, permitindo o acompanhamento das reuniões pelo Parlamento e pela sociedade civil e negociando os interesses do conjunto do Mercosul.

CPI

João Capiberibe disse que a comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada no Senado



COMITÊ João Capiberibe anuncia que participará de reunião em El Salvador

com o objetivo de apurar a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a crise fundiária será importante para que os senadores tenham conhecimento das atividades não apenas políticas, mas também econômicas da organização.

Capiberibe ressaltou o lado positivo do MST, citando as cooperativas e destacando que, quando são assentados, os trabalhadores geram emprego e atividade econômica.

Jucá sugere discussão sobre taxas de juros

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) informou na sexta-feira que apresentará na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) proposta de criação de um grupo de trabalho para "discutir ações concretas que ajudem a reduzir a taxa de juros no país". Ele considerou "extorsivas" as taxas que vêm sendo praticadas no mercado financeiro, principalmente nas linhas de crédito às pessoas físicas.

– Vamos desagregar a taxa para verificar onde estão os entraves para baixar os juros: se estão no risco, nos impostos, no lucro dos bancos ou qualquer outro fator que compõe o custo do dinheiro. Vamos ouvir o Banco Central, as instituições financeiras e quem precisar, para verificar o que pode ser feito por regulamento e norma bancária e quais mudanças legais precisam ser propostas. Tem que haver uma legislação



INICIATIVA Jucá propõe grupo de trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos

dura para quem é caloteiro, beneficiando quem paga em dia suas contas. Nos Estados Unidos, retoma-se o bem de quem não paga, seja casa ou automóvel – exemplificou.

Jucá disse, após o pronunciamento no Plenário, que deve apresentar emenda ao projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que proíbe o porte de armas, exigindo a utilização de detector de metais em locais de grande circulação.